

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE-BA**  
*Dr. Gilson Soares da Conceição*

**LAMIL SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.137.836/0001-54, estabelecida à Av. Luís Viana Filho, Nº 2489, Ed. Stock Center, Loja 101, Paralela, Salvador – BA, CEP 41730-101, por meio da sua sócia unipessoal: Sr<sup>a</sup> Diana Costa de Araújo, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF sob o nº 033.591.455-18, portadora do RG nº 1293687332 SSP/BA, residente e domiciliada à Rua Doutor Manoel Nogueira, Nº 15, Cabula VI, Salvador – BA, CEP 41730-101, inconformada com a decisão HABILITOU a empresa “SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.”, no “PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025”, vem, interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**  
**HIERÁRQUICO**

expondo e requerendo o que se segue:

1. No ensejo de contratar empresa para a prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro, auxiliar técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia fez publicar o Edital do “PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025”.

2. Ao final da “Sessão Pública Eletrônica do Pregão”, a empresa “SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.”, teve a sua “Proposta de Preços” aceita e, quanto à “Documentação”, foi declarada Habilitada, tudo conforme Termo de Julgamento do certame.

3. Ocorre que a habilitação da empresa supracitada se reveste de ILEGALIDADE ao ir de encontro a Lei e ao Edital. Tudo como restará demonstrado a seguir:

4. Veja-se que o art. 93 da Lei nº 8.213/1991 impõe às empresas com 100 (cem) ou mais empregados a obrigatoriedade de preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, percentual este a ser apurado conforme o número de empregados.

5. O item 12.1.1, “d”, do Edital reproduziu a exigência legal supracitada, transformando-a em condição de habilitação.

6. Entretanto, de acordo com CERTIDÃO emitida em 06/09/2025 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), esta extraída do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, restou demonstrado que a empresa “SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.” empregava PCDs e Reabilitados em número **INFERIOR** ao percentual mínimo exigido pelo art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7. Desta forma, é inequívoco que a Recorrida / “SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.”, não atendeu a requisito exposto do edital, impondo-se sua inabilitação.

8. Efetivamente, o não cumprimento pela empresa “SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.” do item 12.1.1, “d” do Ato convocatório viola Princípios basilares do processo licitatório, agasalhados pelo art. 5º da Lei 14.133/2021, notadamente o:

- **Princípio da Vinculação ao Edital** - que obriga a Administração a observar fielmente as condições convocatórias e
- **Princípio da Isonomia e Princípio da Competitividade** – que impedem o favorecimento à empresa que não cumpre obrigação legal ou editalícia;

### **DO PEDIDO:**

9. Ante tudo o quanto aqui exposto, com fulcro na “Seção XIII” do Edital, requer a “LAMIL SERVIÇOS LTDA.” a este douto Pregoeiro - que sempre zelou pelo rigor e legalidade das Licitações promovidas pelo TRE/BA – que seja deferido o pedido do presente “RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO” para que, em termos finais, seja a empresa “SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.” INABILITADA no “PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025” em razão do descumprimento do item 12.1.1, “d” do Edital, isto com a consequente reclassificação das propostas das empresas que permaneceram no certame.

10 Caso, após detida análise das razões aqui apresentadas, decida esta autoridade julgadora manter a ilegal decisão ora recorrida, em cumprimento ao art. 168, § 2º da Lei 14.133/2021, seja o presente “Recurso Administrativo” encaminhado à INSTANCIA HIERARQUICAMENTE SUPERIOR, para

que tome conhecimento deste e promova o seu julgamento para, ao final, deferir o pedido do presente Recurso.

11. Por fim, tempestiva a presente promoção, e, com fulcro no art. 168 da Lei 14.133/2021, se requer a este douto Pregoeiro do TRE/BA que a receba como recurso, *ex-vi legis*, inclusive atribuindo **efeito suspensivo** à decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Termos em que,  
pede deferimento.

Salvador, 12 de setembro de 2025.

**LAMIL SERVIÇOS LTDA.**  
**- Diana Costa de Araújo -**  
**- sócia unipessoal -**



LASSERRE  
ADVOGADOS

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA –  
TER/BA**

**PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025**

**RECORRENTE: LAMIL SERVIÇOS LTDA.**

**RECORRIDA: SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.**

## **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

### **I. SÍNTESE DO RECURSO DA LAMIL SERVIÇOS LTDA.**

A Recorrente, LAMIL SERVIÇOS LTDA., interpôs recurso administrativo sustentando que a Recorrida, SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA., não teria atendido ao disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e ao item 12.1.1 do Edital.

A alegação central é de suposto descumprimento da obrigação legal e editalícia relativa à reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCDs) e aprendizes, pleiteando a inabilitação da Recorrida.

### **II. DA INSUBSISTÊNCIA DOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE E DO EXATO TEOR DO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A argumentação da Recorrente incorre em uma interpretação equivocada das exigências estabelecidas no Edital e na legislação aplicável, notadamente a Lei nº 14.133/2021.

#### **A. Da Adequada Interpretação do Edital – Item 12.1.1, alíneas "d" e "e"**

O Edital do Pregão Eletrônico nº 90007/2025, em seu item 12.1.1, é taxativo ao definir os requisitos de habilitação referentes às cotas de pessoas com deficiência e aprendizes. Para a fase de habilitação, a exigência direcionada aos licitantes era unicamente a **declaração**, por meio de assinalação de campo próprio do sistema, de que:



"12.1.1. Será verificado, para efeito de habilitação, se a licitante declarou, por meio de assinalação de campo próprio do sistema, conforme condições 4.3 e 4.3.2 deste Edital que:

(...) d) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021; e) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz;"

A Recorrida, SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA., cumpriu estritamente essa exigência editalícia ao apresentar a declaração eletrônica requerida. O Edital **não impôs a apresentação de comprovação documental ou quantitativa acerca do preenchimento das cotas de aprendizes ou PCDs como condição de habilitação na fase de julgamento e análise de documentos.**

A pretensão da Recorrente de exigir tal comprovação documental nesta fase representa uma inovação e um rigor indevido que não se harmonizam com as regras do certame.

#### **B. Da Conformidade com a Lei nº 14.133/2021**

A conduta da Recorrida e a exigência editalícia para a fase de habilitação estão plenamente alinhadas com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a qual estabelece:

"Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

(...) IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;"

A referida Lei, em seu Art. 116 e parágrafo único, detalha o momento da comprovação de tais requisitos:

"Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência



Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas."

Conforme explicitado pelo Acórdão Nº 523/2025 – TCU – Plenário, "A Lei 14.133/2021 exige a apresentação de uma declaração pelo próprio licitante sobre o cumprimento das reservas de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social", e o voto do Relator Ministro Jorge Oliveira reforça que "a exigência legal, na fase de habilitação, é apenas a declaração formal do licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, presumindo-se sua veracidade com base nos princípios da boa-fé e da lealdade processual."

Essa diretriz legal é reforçada pelo Termo de Referência (Anexo I do Edital), que em seu item 6.10.3.1 prevê que a fiscalização administrativa do contrato *"verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário"*.

Além disso, a própria Minuta do Contrato (Anexo IV do Edital), na Cláusula Sexta, item 1.e.1 e 1.e.1.1, explicita a obrigação da Contratada de *"manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação, devendo ainda: 1) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação; 1.1) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas"*.

Portanto, a legislação é clara: a fase de habilitação exige a *declaração*, e a *comprovação* documental ocorre durante a execução contratual, mediante solicitação da Administração.



Sobre a veracidade da declaração e a comprovação da reserva de cargos, o Acórdão Nº 523/2025 – TCU – Plenário oferece importante diretriz, ao afirmar que:

"Para fins de habilitação em processo licitatório e para verificação na vigência do contrato, a veracidade da declaração de licitante quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos de que trata o art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021 poderá, quando necessário, de ofício ou por provocação, ser comprovada por meio de certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ou ainda por outros meios de prova, tais como extratos dos dados registrados no e-Social."

O mesmo Acórdão do TCU reconhece *"o caráter dinâmico dos resultados dessas proporções, ao longo do tempo, decorrente da ordinária oscilação da força de trabalho das organizações do setor privado, de modo que factível os argumentos apresentados, mormente, pela Vippim em suas respostas, no sentido de que é possível um momentâneo desenquadramento de cotas, frente aos registros do e-social"*. Isso significa que um eventual desenquadramento momentâneo, ou uma certidão do MTE que não abranja precisamente o período da habilitação, não são aptos a inabilitar peremptoriamente o licitante.

Adicionalmente, o Parecer 414/2024/PFE-ANATEL/PGF/AGU, citado e endossado pelo TCU no mencionado Acórdão, esclarece que:

"a) Para fins de habilitação é válida a autodeclaração realizada pela licitante no sistema. Porém se houver qualquer recurso de outra licitante questionando a autodeclaração, como é o caso em apreço, a Administração deverá avaliar a suficiência ou não da documentação comprobatória apresentada pela empresa para o cumprimento dos requisitos (peça 31, p. 5)."

E vai além, ao indicar que:

"c) Na visão desta PFE-Anatel, caso haja comprovação nos autos de que a empresa procurou dar atendimento à exigência do artigo 93 da Lei nº 8.213, de 1991, mas não logrou êxito por circunstâncias alheias a sua vontade, podem-se considerar atendidos os requisitos do artigo 63, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 8º, inciso V, da IN





SEGES/ME nº 67, de 2021. O que se propõe é que a interpretação mais adequada da expressão 'reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,' constante no art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, deve ser no sentido de que: a) a empresa deve destinar o percentual de cargos, previsto no art. 93 da Lei 8.213/91, às pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social; b) a eventual não ocupação de tais cargos destinados deve se dar exclusivamente por razões alheias à vontade da empresa; c) a empresa efetivamente deve estar empreendendo esforços para preencher o percentual legal de vagas, cabendo à Administração, no caso concreto, em caso de questionamento em torno da autodeclaração, avaliar a suficiência ou não da documentação comprobatória apresentada pela empresa para o cumprimento de tais requisitos."

Embora o Parecer n. 00060/2024/DECOR/CGU/AGU, que buscou uniformizar o entendimento da AGU, tenha ressalvado que, havendo um documento oficial da fiscalização trabalhista que infirme a declaração, este prevalece, e que a empresa deveria providenciar a anulação ou suspensão de tal auto, o caso em tela não apresenta tal documento oficial contraditório por parte da Recorrente. A Recorrente apenas alega descumprimento, sem apresentar prova cabal. Ao contrário, a Recorrida está apta a demonstrar seus esforços e seu cumprimento progressivo, em linha com a interpretação mais flexível e razoável adotada pelo PFE-Anatel e pelo próprio Acórdão do TCU.

### **C. Da Alegada Violação do Art. 93 da Lei nº 8.213/1991**

A Recorrente invoca o Art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece:

"Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados é obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - de 100 a 200 empregados, 2%;

II - de 201 a 500 empregados, 3%;

III - de 501 a 1.000 empregados, 4%;

IV - de 1.001 em diante, 5%.

§ 1º A dispensa de empregado reabilitado ou com deficiência habilitado, ao final de contrato por prazo determinado, de que trata o § 2º do art. 443 do Decreto-Lei no 5.452,



de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), ou de contrato por prazo indeterminado, somente poderá ocorrer após a contratação de substituto em condição semelhante.

§ 2º (VETADO).

§ 3º Para a reserva de cargos será considerada somente a contratação direta de pessoa com deficiência, excluído o aprendiz com deficiência de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."

A Recorrida reafirma que cumpre as exigências da Lei nº 8.213/1991, e o Edital, em harmonia com a Lei nº 14.133/2021, apenas solicitou a *declaração* de cumprimento para a habilitação. A exigência de *comprovação* da efetiva alocação de PCDs e aprendizes, em percentual ou por meio de documentos, não foi estabelecida para a fase de habilitação, mas sim para a fase de execução contratual, conforme o Art. 116 da Lei nº 14.133/2021 e a Cláusula Sexta, item 1.e.1 e 1.e.1.1 da Minuta do Contrato.

A obrigação de "Reservar vagas para jovens aprendizes, pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social" é um "Critério de Sustentabilidade" previsto no item 4.1.1.4 do Termo de Referência e uma obrigação da contratada (item 12.1.e), sendo sua verificação e comprovação pertinentes à fase de execução e fiscalização do contrato.

#### **D. Da Observância aos Princípios da Legalidade e Vinculação ao Edital**

O processo licitatório é guiado por princípios basilares, entre eles o da vinculação ao instrumento convocatório, expresso no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."



O Edital estabeleceu, de forma clara, a exigência de mera declaração para a fase de habilitação no que tange às cotas de PCDs e aprendizes. A Recorrida agiu em estrita conformidade com essa regra. A tentativa da Recorrente de introduzir uma exigência documental mais robusta e não prevista para esta fase compromete o princípio da vinculação ao edital, além de potencialmente prejudicar a competitividade do certame e a isonomia entre os licitantes.

### **III. DO PEDIDO**

Diante do exposto e com base na estrita legalidade, nas disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 90007/2025, na Lei nº 14.133/2021, no Parecer n. 00060/2024/DECOR/CGU/AGU e no Acórdão Nº 523/2025 – TCU – Plenário, a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. requer a Vossa Senhoria:

- a) O **não provimento** do recurso administrativo interposto pela LAMIL SERVIÇOS LTDA.;
- b) A **manutenção da decisão** que habilitou a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. no Pregão Eletrônico nº 90007/2025, por estar em consonância com as normas legais e editalícias;
- c) A preservação dos princípios da legalidade, da vinculação ao edital, da isonomia e da competitividade do certame.

Nestes termos

Pede juntada e deferimento,

Salvador/BA, em 17 de setembro de 2025

### **SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA**

Fabio Rigaud dos Santos

CPF: 814.941.065-15

Sócio Administrador



LASSERRE  
ADVOGADOS

Eladio Lasserre  
OAB/BA – 15.906



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SELIC**

Considerando que o pregoeiro entrou em período de licença para capacitação em 10/09/2025 até 25/10/2025, e que houve interposição de recurso (doc. 3507255) e apresentação das contrarrazões (doc. 3515662), indicamos a nomeação de **LÚCIO ROBERTO DE OLIVEIRA**, para condução do certame em apreço, em substituição; e como equipe de apoio **CRISTIANA MARIA PAZ LIMA SOARES**.

À SGA.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Austregésilo Herêda, Chefe de Seção**, em 18/09/2025, às 12:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3515663** e o código CRC **E2C6511F**.

0002024-39.2025.6.05.8000

3515663v4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**DESPACHO - PRE/DG/SGA**

Com base na Portaria n.º 829/2022, designo o pregoeiro **Lúcio Roberto de Oliveira** para proceder à abertura do certame, conforme determinado pelo Sr. Diretor-Geral no doc. n.º 3479496, e a servidora **Cristiana Maria Paz Lima Soares** para atuar pela equipe de apoio.

Ao NUP.

**Antônio Moisés Almeida Braga**  
*Secretário de Gestão Administrativa*



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Moisés Almeida Braga, Secretário**, em 19/09/2025, às 10:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3516974** e o código CRC **BA5316C3**.

0002024-39.2025.6.05.8000

3516974v2



## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

### CERTIDÃO

**EMPREGADOR:** SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA

**CNPJ:** 33.282.182/0001-90

**CERTIDÃO EMITIDA** em 26/09/2025, às 10:54:19

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 23/09/2025, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **IGUAL** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar> com o código de verificação **y4rToC0bq06CedU**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 23/09/2025. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 23/09/2025 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
6. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
7. O cálculo da cota e aferição de seu preenchimento são realizados conforme definido no Art. 4º da Portaria MTE nº 547 de 11 de abril de 2025. Para o cálculo da cota são excluídos da base de cálculo os aprendizes contratados e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez). O resultado fracionado terá seu arredondamento para o número inteiro superior. Não são contabilizados para o preenchimento da cota aqueles empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social contratados na modalidade de aprendiz, de contrato intermitente e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).



## MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP

Processo SEI nº 0002024-39.2025.6.05.8000

**ASSUNTO:** Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº90007/2025 pela **EMPRESA RECORRENTE: Lamil Serviços Ltda.**

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, através do Sistema Portal de Compras pela empresa **LAMIL SERVIÇOS LTDA-CNPJ: 34.137.836/0001-54**, doc. SEI nº3507255, contra a decisão do pregoeiro que classificou e declarou vencedora do certame a empresa **SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA**, cujo objeto é licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro (a), auxiliar técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Oportuno registrar que somente a partir do dia 18 de setembro de 2025, já durante a fase de análise de Recurso, conforme Despacho SELIC/SGA, doc. SEI nº 3515663 e 3516974 este pregoeiro passou a atuar no aludido certame, em substituição ao pregoeiro designado **Gilson Soares da Conceição**, em razão de gozo de licença capacitação, conforme se atesta do Relatório Parcial do Pregão, doc. SEI nº3500800.

O presente recurso é tempestivo, sendo apresentado dentro do prazo estabelecido no Edital para a interposição de recursos. Legitimidade: A empresa Lamil Serviços Ltda, CNPJ nº 34.137.836/0001-54, na qualidade de licitante participante do Pregão Eletrônico nº 90007/2025, possui legitimidade para recorrer da decisão do pregoeiro, em conformidade com o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto às razões recursais ofertadas, a licitante recorrente alega:

Preliminarmente:

2. Ao final da “Sessão Pública Eletrônica do Pregão”, a empresa “SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.”, teve a sua “Proposta de Preços” aceita e, quanto à “Documentação”, foi declarada Habilitada, tudo conforme Termo de Julgamento do certame. 3. Ocorre que a habilitação da empresa supracitada se reveste de ILEGALIDADE ao ir de encontro a Lei e ao Edital. Tudo como restará demonstrado a seguir:

4. Veja-se que o art. 93 da Lei nº 8.213/1991 impõe às empresas com 100 (cem) ou mais empregados a obrigatoriedade de preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, percentual este a ser apurado conforme o número de empregados.

5. O item 12.1.1, “d”, do Edital reproduziu a exigência legal supracitada, transformando-a em condição de habilitação.

Continuando em sua linha de defesa, a empresa ressalta que:

6. Entretanto, de acordo com CERTIDÃO emitida em 06/09/2025 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), esta extraída do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - e-Social, restou demonstrado que a empresa “SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.” empregava PCDs e Reabilitados em número INFERIOR ao percentual mínimo exigido pelo art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

Ademais, sustenta ainda que:

7. Desta forma, é inequívoco que a Recorrida / “SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.”, não atendeu a requisito expresso do edital, impondo-se sua inabilitação.

8. Efetivamente, o não cumprimento pela empresa “SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.” do item 12.1.1, “d” do Ato convocatório viola Princípios basilares do processo licitatório, agasalhados pelo art. 5º da Lei 14.133/2021, notadamente o: •



Princípio da Vinculação ao Edital - que obriga a Administração a observar fielmente as condições convocatórias e

• Princípio da Isonomia e Princípio da Competitividade - que impedem o favorecimento à empresa que não cumpre obrigação legal ou editalícia;

Finalizando, a recorrente requer:

#### **Do Pedido:**

9. Ante tudo o quanto aqui exposto, com fulcro na "Seção XIII" do Edital, requer a "LAMIL SERVIÇOS LTDA." a este douto Pregoeiro - que sempre zelou pelo rigor e legalidade das Licitações promovidas pelo TRE/BA - que seja deferido o pedido do presente "RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO" para que, em termos finais, seja a empresa "SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA." INABILITADA no "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025" em razão do descumprimento do item 12.1.1, "d" do Edital, isto com a consequente reclassificação das propostas das empresas que permaneceram no certame.

#### **Do Recurso Hierárquico:**

10 Caso, após detida análise das razões aqui apresentadas, decida esta autoridade julgadora manter a ilegal decisão ora recorrida, em cumprimento ao art. 168, § 2º da Lei 14.133/2021, seja o presente "Recurso Administrativo" encaminhado à INSTANCIA HIERARQUICAMENTE SUPERIOR, para ue tome conhecimento deste e promova o seu julgamento para, ao final, deferir o pedido do presente Recurso.

11. Por fim, tempestiva a presente promoção, e, com fulcro no art. 168 da Lei 14.133/2021, se requer a este douto Pregoeiro do TRE/BA que a receba como recurso, ex-vi legis, inclusive atribuindo efeito suspensivo à decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **II - DAS CONTRARRAZÕES:**

Em Sua linha de defesa, segue a argumentação da empresa recorrida:

A Recorrente, LAMIL SERVIÇOS LTDA., interpôs recurso administrativo sustentando que a Recorrida, SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA., não teria atendido ao disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e ao item 12.1.1 do Edital. A alegação central é de suposto descumprimento da obrigação legal e editalícia relativa à reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCDs) e aprendizes, pleiteando a inabilitação da Recorrida.

### **II. DA INSUBSISTÊNCIA DOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE E DO EXATO TEOR DO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A argumentação da Recorrente incorre em uma interpretação equivocada das exigências estabelecidas no Edital e na legislação aplicável, notadamente a Lei nº 14.133/2021. A Adequada Interpretação do Edital - Item 12.1.1, alíneas "d" e "e" O Edital do Pregão Eletrônico nº 90007/2025, em seu item 12.1.1, é taxativo ao definir os requisitos de habilitação referentes às cotas de pessoas com deficiência e aprendizes. Para a fase de habilitação, a exigência direcionada aos licitantes era unicamente a declaração, por meio de assinalação de campo próprio do sistema, de que:

12.1.1. Será verificado, para efeito de habilitação, se a licitante declarou, por meio de assinalação de campo próprio do sistema, conforme condições 4.3 e 4.3.2 deste Edital que: (...) d) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021; e) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz;

Por derradeiro, a recorrida assim arremata a sua defesa:

Conforme explicitado pelo Acórdão Nº 523/2025 - TCU - Plenário, "A Lei 14.133/2021 exige a apresentação de uma declaração pelo próprio licitante sobre o cumprimento das reservas de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social", e o voto do Relator Ministro Jorge Oliveira reforça que "a exigência legal, na fase de habilitação, é apenas a declaração formal do licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, presumindo-se sua veracidade com base nos princípios da boa-fé e da lealdade processual." Essa diretriz legal é reforçada pelo Termo de Referência (Anexo I do Edital), que em seu item 6.10.3.1 prevê que a fiscalização administrativa do contrato "verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos

Comprobatórios pertinentes, caso necessário".

O Edital estabeleceu, de forma clara, a exigência de mera declaração para a fase de habilitação no que tange às cotas de PCDs e aprendizes. A Recorrida agiu em estrita conformidade com essa regra. A tentativa da Recorrente de introduzir uma exigência documental mais robusta e não prevista para esta fase compromete o princípio da vinculação ao edital, além de potencialmente prejudicar a competitividade do certame e a isonomia entre os licitantes.

III. DO PEDIDO Diante do exposto e com base na estrita legalidade, nas disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 90007/2025, na Lei nº 14.133/2021, no Parecer n. 00060/2024/DECOR/CGU/AGU e no Acórdão Nº 523/2025 - TCU - Plenário, a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. requer a Vossa Senhoria: a) O não provimento do recurso administrativo interposto pela LAMIL SERVIÇOS LTDA.; b) A manutenção da decisão que habilitou a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. no Pregão Eletrônico nº 90007/2025, por estar em consonância com as normas legais e editalícias; c) A preservação dos princípios da legalidade, da vinculação ao edital, da isonomia e da competitividade do certame.

### III - DA DECISÃO DO PREGOEIRO:

Ao proceder à análise das contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida, doc. SEI nº 3515662, devido à insuficiência de informações/documentação para rebater as alegações da empresa recorrente, este pregoeiro, com base na condição 19.6 do Edital, abriu diligência para a empresa recorrida juntar, no prazo de 48 horas, evidências de que envidou esforços para preenchimento das vagas PCD e/ou Reabilitados, ou que houve alterações de quantitativos, tudo isso conforme Acórdãos [523/2025](#) e [1930/2025](#) - da lavra do Plenário do TCU. Nesse sentido, vide, ainda excerto do quanto insculpido no Acórdão nº 1930/2025-TCU:

24. Em suma, dado que a certidão do MTE cria uma presunção relativa de descumprimento da cota legal (se apresentada no processo licitatório no sentido de impugnar declaração de participante), reafirmo o que assinalei no voto condutor do Acórdão 523/2025-Plenário: "os agentes responsáveis pelos processos licitatórios não podem simplesmente desconsiderar a existência, nesse caso, de certidão que aponte o descumprimento de requisitos legais por parte da empresa licitante".

25. A partir disso, pode-se dizer que compete à Administração, diante de declaração de licitante afirmando o atendimento de cota legal que, por sua vez, reste impugnada por certidão do MTE atestando o contrário, diligenciar ao participante do certame para que este esclareça a situação.

Tanto o caráter dinâmico que permeia a questão, concernente a constantes alterações de quantitativos decorrentes de admissões e desligamentos, quanto eventual dificuldade no preenchimento das cotas, desde que evidenciados, são justificativas plausíveis a afastar a inabilitação.

Afinal, tais aspectos serão fiscalizados quando da execução contratual, podendo levar à aplicação de sanções e até mesmo à rescisão contratual, caso a contratante se arvore a descumprir seus deveres.

Assim, dentro do prazo concedido, a empresa recorrida fez juntada da documentação solicitada.

Com base no quanto recomendado nos aludidos Acórdãos, com esteio na farta documentação apresentada pela empresa recorrida, em sede de diligência, que anexou documentos para comprovação da contratação de colaboradores PCD já inseridos em no quadro funcional, anúncio no sitio OLX e Documentos que comprovam reabilitados em no quadro funcional, em sede de diligência realizada no Portal de Compras por este pregoeiro, conforme doc SEI nº 3526418, bem como com base em nova certidão MTE, doc. SEI nº 3527178, extraída em consulta realizada, nesta data, no site do MTE-Ministério do Trabalho em Emprego, referente à empresa recorrida- SEC SERVICOS DE MÃO DE OBRA TEMPORARIA LTDA CNPJ: 33.282.182/0001-90- que certificou que o empregador acima identificado empregava, em 23/09/2025, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número IGUAL ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, assim, com esteio no quanto contido na documentação ajuntada em diligência, depreende-se que as alegações apresentadas pela licitante recorrente não merecem prosperar até porque este Pregoeiro em momento algum se afastou da força vinculativa ao instrumento convocatório, tomando a correta decisão de habilitar a licitante SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA, tudo em perfeita harmonia com o Edital.

Por fim, diante de tudo o quanto acima fundamentado, entendemos que não restou nenhuma dúvida quanto à lisura deste procedimento licitatório, restando, sim, comprovado que referido certame fora realizado, durante todas as suas fases, em pleno atendimento aos princípios basilares que devem sempre nortear as licitações públicas, mormente os consagrados princípios da Isonomia, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Economicidade e Eficiência, Probidade Administrativa, Vinculação ao Instrumento Convocatório e Julgamento Objetivo.

### IV - DA CONCLUSÃO

Destarte, em nosso entendimento, opinamos pelo não acolhimento do Recurso interposto pela empresa LAMIL SERVIÇOS LTDA, refutando-se todos os argumentos ali elencados, devendo ser mantida como vencedora do certame a empresa SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.

Portanto, diante de tudo o quanto exposto, inclusive das contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida e, mormente, com esteio na documentação anexada, em sede de diligência, e com espeque nos princípios basilares da licitação pública, decido por admitir o presente recurso, para no mérito julgá-lo IMPROCEDENTE, mantendo a decisão de habilitação da empresa SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA do referido certame, e, conforme previsão 13.5. do Instrumento Editalício, faço subir o presente processo à Administração Superior para sua apreciação.

Salvador (BA), 29 de setembro de 2025.

Lúcio Roberto de Oliveira  
Pregoeiro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Roberto de Oliveira, Técnico Judiciário**, em 29/09/2025, às 09:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3528617** e o código CRC **96BD2394**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**DESPACHO - PRE/DG/ASSES**

Diante do recurso e das contrarrazões, acostados nos documentos n.ºs 3507255 e 3515662, bem como manifestação do Pregoeiro, documento n.º 3528617, encaminhe-se ao exame da ASJUR1.

**RAIMUNDO VIEIRA**  
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 29/09/2025, às 12:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3528813** e o código CRC **656C8409**.

0002024-39.2025.6.05.8000

3528813v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0002024-39.2025.6.05.8000  
**INTERESSADO** : SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA CAPITAL  
**ASSUNTO** :

**PARECER nº 432 / 2025 - PRE/DG/ASJUR1**

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos para análise do recurso interposto pela LAMIL SERVIÇOS LTDA. (doc. n.º 3507255) contra a decisão do Agente de Contratação que habilitou a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. como vencedora no certame realizado para contratação de empresa para prestação de contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro(a), auxiliar técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

2. Em apertada síntese, a Recorrente alega que a habilitação da Recorrida se reveste de ilegalidade, indo de encontro ao art. 93 da Lei n.º 8.2130/91, que impõe às empresas com 100 (cem) ou mais empregados a obrigatoriedade de preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, percentual este a ser apurado conforme o número de empregados.

2.1. Anota que, de acordo com Certidão emitida em 06/09/2025 pelo Ministério do Trabalho e Emprego, extraída do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA emprega PCDs e Reabilitados em número inferior ao percentual legal mínimo exigido.

3. Em sede de contrarrazões (doc. n.º 3515662), a SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA. assevera que cumpriu todas as condições estabelecidas no edital, que não impõe a apresentação de comprovação documental ou quantitativa acerca do preenchimento das cotas de aprendizes ou PCDs como condição de habilitação na fase de julgamento e análise de documentos, mas de mera declaração, tendo sido reconhecido pela corte de Contas da União o caráter dinâmico dos resultados dessas proporções, ao longo do tempo, decorrente da ordinária oscilação da força de trabalho das organizações do setor privado.

3.1. Registra que a verificação e comprovação do cumprimento do referido ditame é pertinente à fase de execução e fiscalização do ajuste e requer a manutenção da decisão que a habilitou.

4. Por meio dos documentos n.ºs 3526418 e 3527178, em atenção à diligência formulada pelo Pregoeiro, foi evidenciado o cumprimento da norma, por meio da juntada de certidão emitida 26.09.2025.

5. No documento n.º 3528617, após relatório, o Pregoeiro apresentou os seguintes fundamentos:

Ao proceder à análise das contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida, doc. SEI nº 3515662, devido à insuficiência de informações/documentação para rebater as alegações da empresa recorrente, este pregoeiro, com base na condição 19.6 do Edital, abriu diligência para a empresa recorrida juntar, no prazo de 48 horas, evidências de que envidou esforços para preenchimento das vagas PCD e/ou Reabilitados, ou que houve alterações de quantitativos, tudo isso conforme Acórdãos [523/2025](#) e [1930/2025](#) - da lavra do Plenário do TCU. Nesse sentido, vide, ainda excerto do quanto insculpido no Acórdão nº 1930/2025-TCU:

24. Em suma, dado que a certidão do MTE cria uma presunção relativa de descumprimento da cota legal (se apresentada no processo licitatório no sentido de impugnar declaração de participante), reafirmo o que assinalai no voto condutor do Acórdão 523/2025-Plenário: "os agentes responsáveis pelos processos licitatórios não podem simplesmente desconsiderar a existência, nesse caso, de certidão que aponte o descumprimento de requisitos legais por parte da empresa licitante".

25. A partir disso, pode-se dizer que compete à Administração, diante de declaração de licitante afirmando o atendimento de cota legal que, por sua vez, reste impugnada por certidão do MTE atestando o contrário, diligenciar ao participante do certame para que este esclareça a situação.

Tanto o caráter dinâmico que permeia a questão, concernente a constantes alterações de

quantitativos decorrentes de admissões e desligamentos, quanto eventual dificuldade no preenchimento das cotas, desde que evidenciados, são justificativas plausíveis a afastar a inabilitação.

Afinal, tais aspectos serão fiscalizados quando da execução contratual, podendo levar à aplicação de sanções e até mesmo à rescisão contratual, caso a contratante se arvore a descumprir seus deveres.

Assim, dentro do prazo concedido, a empresa recorrida fez juntada da documentação solicitada.

Com base no quanto recomendado nos aludidos Acórdãos, com esteio na farta documentação apresentada pela empresa recorrida, em sede de diligência, que anexou documentos para comprovação da contratação de colaboradores PCD já inseridos em no quadro funcional, anúncio no sítio OLX e Documentos que comprovam reabilitados em no quadro funcional, em sede de diligência realizada no Portal de Compras por este pregoeiro, conforme doc SEI nº 3526418, bem como com base em nova certidão MTE, doc. SEI nº 3527178, extraída em consulta realizada, nesta data, no site do MTE-Ministério do Trabalho em Emprego, referente à empresa recorrida- SEC SERVICOS DE MÃO DE OBRA TEMPORARIA LTDA CNPJ: 33.282.182/0001-90- que certificou que o empregador acima identificado empregava, em 23/09/2025, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número IGUAL ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, assim, com esteio no quanto contido na documentação ajuntada em diligência, depreende-se que as alegações apresentadas pela licitante recorrente não merecem prosperar até porque este Pregoeiro em momento algum se afastou da força vinculativa ao instrumento convocatório, tomando a correta decisão de habilitar a licitante SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA, tudo em perfeita harmonia com o Edital.

Por fim, diante de tudo o quanto acima fundamentado, entendemos que não restou nenhuma dúvida quanto à lisura deste procedimento licitatório, restando, sim, comprovado que referido certame fora realizado, durante todas as suas fases, em pleno atendimento aos princípios basilares que devem sempre nortear as licitações públicas, mormente os consagrados princípios da Isonomia, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Economicidade e Eficiência, Probidade Administrativa, Vinculação ao Instrumento Convocatório e Julgamento Objetivo.

5.1. Assim, concluiu pelo não acolhimento do Recurso.

6. Esta Unidade de assessoramento, na mesma linha de entendimento do Pregoeiro, à vista da documentação anexada aos fólios, manifesta-se pelo não acolhimento das razões recursais, devendo ser mantida a habilitação da SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA.

É o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Nascimento Costa, Analista Judiciária**, em 30/09/2025, às 13:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3530967** e o código CRC **DC5880C8**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**DESPACHO - PRE/DG/ASJUR1**

De acordo com o parecer.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 30/09/2025, às 13:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3531872** e o código CRC **430B06B2**.

0002024-39.2025.6.05.8000

3531872v2

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 33.282.182/0001-90  
**Razão Social:** SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA E  
**Endereço:** PC MARTINIANO MAIA 119 SL 107 / CENTRO / LAURO DE FREITAS / BA / 42702-720

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 17/09/2025 a 16/10/2025

**Certificação Número:** 2025091706475469945489

Informação obtida em 01/10/2025 11:29:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PARECER nº 41 / 2025 - PRE/DG/ASSED**

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro(a), auxiliar técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90007/2025 (documento n.º 3484169).
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura da licitação (documento n.º 3442434).
3. Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados por meio da Portaria 829/2022 (documento n.º 3449386).
  - 3.1. Vale ressaltar que, no curso do Pregão, ocorreu nova designação de Pregoeiro para dar continuidade ao procedimento, tendo em vista licença para capacitação do Pregoeiro inicialmente designado.
4. O edital foi publicado no sistema Portal de Compras e no DOU (documentos n.ºs 3449390, 3449406 e 3449468).
  - 4.1. Registre-se, também, a publicação do aviso de suspensão e reabertura do certame, documentos n.º 3476587, 3477182, 3484193 e 3484220.
5. Houve apresentação de pedidos de esclarecimentos, os quais foram devidamente respondidos e publicados (docs. n.ºs 3449922, 3453713 e 3466604).
6. Foram apresentadas, também, impugnações ao edital, documentos n.ºs 3467859 e 3473421.
  - 6.1. Com base nos Pareceres n.ºs 351 e 355/2025 da ASJUR1 (docs. n.ºs 3471899 e 3477361), a autoridade administrativa decidiu por julgá-las improcedentes, mantendo-se as condições do edital, conforme documentos n.ºs 3472530 e 3479496.
7. Da leitura da documentação acostada, observa-se que foram cumpridas as etapas do procedimento previstas no edital. Verifica-se que as ocorrências do pregão foram registradas de forma detalhada pelo Pregoeiro no *chat* no Termo de Julgamento, documento n.º 3501561, e em seu relatório parcial e manifestação, documentos n.ºs 3500800 e 3528617, inclusive quanto aos motivos que ensejaram a desclassificação das empresas classificadas em 1º e 2º lugar.
8. Realizada a verificação de conformidade da proposta da licitante classificada em 3º lugar, foram examinados os documentos de habilitação. Na sequência, o item do pregão foi aceito e habilitado à empresa **SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA.**
  - 8.1. Registra-se que a Certidão de Regularidade com o FGTS e a Certidão Negativa de Falência, vencidas após realização do certame, foram atualizadas e anexadas aos autos mediante documentos n.ºs 3535643 e 3539250.
9. De acordo com consulta ao SICAF e demais documentos anexados, verifica-se que a empresa vencedora não possui impedimentos de licitar (documento n.º 3499959).
10. Aberto o prazo, foi interposto recurso pela empresa LAMIL SERVIÇOS LTDA. e correspondente contrarrazões foram apresentadas, conforme documentos n.ºs 3507255 e 3515662.
11. Mediante manifestação no documento n.º 3528617, o Pregoeiro sustentou seus argumentos pela improcedência do recurso interposto e pela manutenção da habilitação da empresa vencedora SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA.
12. No Parecer n.º 432/2025, documento n.º 3530967, a ASJUR1 opinou de igual modo pelo não acolhimento do recurso impetrado pela empresa LAMIL SERVIÇOS LTDA.

13. Assim, com lastro no referido parecer jurídico, o procedimento poderá ser submetido à apreciação do Sr. Diretor-Geral, recomendando-se o indeferimento do recurso e manutenção da decisão do Pregoeiro.

14. Observa-se que foram anexados aos autos, o Termo de Julgamento, Relatório de Declarações da licitante, Documentos de Habilitação da empresa declarada vencedora (docs. n.ºs 3499959 e 3501561), e o Relatório Parcial e manifestação do Pregoeiro (docs. n.ºs 3500800 e 3528617).

15. Assim sendo, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto ao julgamento do recurso, à adjudicação do objeto e homologação da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, adotar as providências para celebração do ajuste com a empresa vencedora, nos termos do art. 90, da Lei n.º 14.133/2021.

16. Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021.

À consideração superior.

Cintia Mont'Alverne  
Técnico Judiciário

De acordo.  
Ao Diretor-Geral, para apreciação.

**MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA**  
Assessora Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Cíntia Alencar Mont'alverne, Técnico Judiciário**, em 06/10/2025, às 09:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 06/10/2025, às 10:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3535667** e o código CRC **3A269674**.



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU**

**CERTIDÃO Nº: 00965810E**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros dos sistemas eletrônicos de distribuição de processos deste Estado da Bahia, anteriores à data de **06/10/2025**, verifiquei **NÃO CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

**Razão Social:** SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA

**CNPJ:** 33.282.182/0001-90

**Endereço:** praça martiniano maia, 119, edf biana

Esta certidão abrange as ações ativas de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em que a pessoa pesquisada figure no pólo passivo, para as ações de falência e pólo ativo, para as ações de recuperação judicial / extrajudicial, com exceção dos processos em segredo de justiça.

Em caso de inconformidade, entrar em contato com a Seção de Certidões - SEDEC através do endereço eletrônico [sedec@tjba.jus.br](mailto:sedec@tjba.jus.br).

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, tendo em vista que a base de dados pesquisada para a emissão desta certidão não possui conexão com nenhuma outra base de dados de outra instituição pública ou da Receita Federal.

Esta certidão é emitida sem custas e tem validade de 30 dias, a partir da sua data de emissão. Após este prazo, será necessária a emissão de nova certidão.

Salvador/BA, segunda-feira, 6 de outubro de 2025



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**DECISÃO nº 3539255 / 2025 - PRE/DG/ASSED**

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro(a), auxiliar técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90007/2025 (documento n.º 3484169).

Realizada a sessão pública, de acordo com as etapas previstas no instrumento convocatório, houve interposição de recurso pela empresa LAMIL SERVIÇOS LTDA.

Após análise da peça recursal e contrarrazões (documentos n.ºs 3507255 e 3515662), o Pregoeiro designado manifestou-se pela improcedência do recurso, conforme manifestação acostada em documento n.º 3528617.

Instada a examinar a matéria, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos (ASJUR1), se pronunciou mediante Parecer n.º 432/2025 (doc. n.º 3530967), conforme trecho abaixo transcrito:

- "5. No documento n.º 3528617, após relatório, o Pregoeiro apresentou os seguintes fundamentos:  
[...]  
5.1. Assim, concluiu pelo não acolhimento do Recurso.  
6. Esta Unidade de assessoramento, na mesma linha de entendimento do Pregoeiro, à vista da documentação anexada aos fólios, manifesta-se pelo não acolhimento das razões recursais, devendo ser mantida a habilitação da SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA."

Deste modo, lastreado no parecer n.º 432/2025, exarado pela ASJUR1, o qual acolho e que passa a integrar a presente decisão, com amparo no art. 143, VIII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **julgo improcedente** o recurso interposto pela empresa LAMIL SERVIÇOS LTDA., mantendo-se, por consequência, a decisão do Pregoeiro (doc. n.º 3528617).

No mais, considerando a análise de regularidade do pregão realizada pela ASSED (doc. n.º 3535667), com fundamento no art. 71, IV e 90 da Lei n.º 14.133/2021 e nas atribuições do art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **ADJUDICO** o item da licitação à empresa **SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA.**, CNPJ 33.282.182/0001-90, pelo valor total de **R\$3.183.074,38** (três milhões, cento e oitenta e três mil setenta e quatro reais e trinta e oito centavos), e **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico n.º 90007/2025, determinando a convocação da empresa adjudicatária para assinatura do contrato, de acordo com o Termo de Julgamento acostado no documento n.º 3501561.

Assim posto, encaminhe-se, simultaneamente:

- ao NUP, para conhecimento e providências.
- à SOF, para emissão de empenho.
- à SGA, para formalização do ajuste e demais providências.
- à SGS, para acompanhamento e adoção de providências relativas à transição contratual.

**RAIMUNDO VIEIRA**

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 06/10/2025, às 10:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3539255** e o código CRC **4316C2A0**.

